

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

ESPAÇO-CIDADÃO: A DIMENSÃO URBANA REGIONAL E LOCAL

Rosa Maria Locatelli Kalil

Boletim Gaúcho de Geografia, 21: 43-49, ago., 1996.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38623/26353>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - ago., 1996

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

ESPAÇO-CIDADÃO: A DIMENSÃO URBANA REGIONAL E LOCAL

Rosa Maria Locatelli Kalil *

Este documento apresenta a dimensão urbana das transformações econômicas, em especial as agrárias, ocorridas na região de Passo Fundo ao longo das últimas décadas, e a forma como isto se refletiu na cidade e, sobretudo, na sua população periférica.

O processo de urbanização do município e da região de Passo Fundo, constituído ao longo deste século, seguiu a tendência das demais regiões brasileiras: forte expulsão da população rural para a cidade após a década de 50.

Iniciado pelo assentamento humano no *caminho das tropas* que transferia o gado das regiões pecuaristas do sul do Estado para abastecer os mercados paulistas, desde o século passado, o espaço urbano e rural do município organizou-se em função das necessidades econômicas e infra-estruturais que a sociedade local e sua interação regional e nacional demandavam. O município de Passo Fundo tem exercido o papel de centro regional, especialmente como centro de intermediação comercial e de prestação de serviços.

A dinâmica econômica do setor primário, ao modificar o modelo agrícola brasileiro, implantando os meios mecânicos e químicos de desenvolvimento da produção, gerou um processo de acumulação da produção em termos de produtos, e também de acumulação da propriedade e da posse da terra, em detrimento de pequenos produtores rurais de base familiar. Ao atender os interesses capitalistas externos e internos, houve modificações das relações de produção no campo, dificultando o acesso à terra, e incrementando a migração e o êxodo rural. O espaço do planalto gaúcho, do qual Passo Fundo é o centro econômico e geográfico, foi um dos que maiores alterações sofreu no processo de organização produtiva da agricultura. Se por um lado, atraiu grandes capitais para o setor primário, gerando rendas agropecuárias significativas, por outro, acelerou a concentração urbana e o êxodo rural.

Considerando-se dados referentes à população, a região de Passo Fundo¹, como um todo, apresentava já em meados do século uma grande população, que aos poucos vai apresentando crescimento populacional urbano, acompanhando os índices do país e do estado no período, conforme demonstrado no Quadro 1.

QUADRO 1. POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL, DA REGIÃO DE PASSO FUNDO, 1950-1991

Ano	Pop. Total	D%	Pop. urbana	D%	Pop. rural	D%
1950	546.717		100.242		446.777	
1960	717.258	31,01%	186.223	85,77%	529.985	18,62%
1970	831.532	16,09%	256.242	37,59%	574.708	8,63%
1980	865.187	4,04%	376.457	46,91%	487.493	15,17%
1990	900.826	4,11%	510.196	35,52%	390.630	-19,86%

FONTE: TEDESCO E OUTROS, COM DADOS DO IBGE

A intensa urbanização regional se faz sentir fortemente no município de Passo Fundo, o qual se faz *locus* do processo de transformações econômicas que ocorrem no Planalto do Rio Grande do Sul. Da economia agropecuária tradicional, à indústria extrativa de madeira e erva-mate e à intensa exploração agrícola para produção de soja e trigo, ocorridos neste século, os espaços rurais e urbanos se redimensionam.

Como decorrência, o município de Passo Fundo apresenta um gradual e forte incremento na população urbana em relação à rural, parte resultado da migração rural-urbana e parte reflexo das emancipações sucessivas de pequenos distritos agora transformados em novos municípios. Também os municípios de Carazinho, Erechim e Soledade, sedes municipais mais antigas, apresentam incremento de população urbana. Os Quadros 2 e 3, elaborados em estudos já realizados sobre a construção do espaço urbano na região de Passo Fundo, bem demonstram o incremento populacional havido e a mudança na situação de domicílio.

QUADRO 2. POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO,
SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO – 1940-1991

Ano	Domic. Urbano		Domic. Rural		Total	
	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%
1940	20.584	25,68	59.554	74,31	80.138	100
1950	31.229	30,65	70.548	69,35	101.887	100
1960	50.559	54,26	42.620	45,74	93.179	100
1970	70.869	75,51	22.981	24,49	93.850	100
1980	105.468	87,05	15.688	12,95	121.156	100
1991	135.863	93,20	10.009	6,80	145.872	100

FONTE: IBGE - KALIL, R. (1992), COM DADOS DO IBGE

O acréscimo de população urbana foi acompanhado pelo conseqüente acréscimo no número de domicílios, o que pode ser observado no Quadro 3, no qual verifica-se que o incremento no número de domicílios foi mais significativo que o populacional nas décadas de 70, 80 e 90, indicando densificação e crescimento urbanos.

QUADRO 3. POPULAÇÃO, DOMICÍLIOS E ÁREA DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO – 1940-1991

Ano	População (hab.)	Variação (%)	Domicílios (n°)	Variação (%)	Área (km ²)
1940	80.138		15.337		3.359
1950	101.887	27,13	18.647	21,58	1.898
1960	93.179	-8,54	17.187	-7,82	1.991
1970	93.850	0,72	18.428	7,22	1.991
1980	121.156	29,09	28.207	53,06	1.991
1991	145.872	20,40	39.215	39,02	1.664

FONTE: OLIVEIRA, A.X. ANNAES DO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO. 1990. v.2, p. 297.

IBGE – RECENSEAMENTOS GERAIS DE 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, 1959.

A análise preliminar do crescimento da área urbana da cidade de Passo Fundo remete para uma intensa expansão ao longo das últimas quatro décadas. Isto resultou em melhoramentos e modificações sucessivos na área urbana central, que inclusive suscitaram a elaboração do I Plano Diretor da Cidade em 1953 e do II Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em 1984. A legislação municipal passa a incluir no perímetro urbano não apenas o centro, mas também as vilas, loteamentos e bairros oficiais que vão compondo a cidade, conforme Quadro 4.

QUADRO 4. EVOLUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE BAIRROS, VILAS E LOTEAMENTOS OFICIAIS NA CIDADE DE PASSO FUNDO

Período (Ano)	Quantidade	Total acumulado
Até 1970	67	67
1971-1980	24	91
1981-1993	31	122

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. PLANTAS, MAPAS E PROJETOS DE LOTEAMENTOS DA CIDADE DE PASSO FUNDO 1968, 1980, 1984, 1993.

A partir de década de 50, o centro urbano da cidade, que se localizava ao longo da avenida Brasil, começa a se expandir. Num primeiro momento, surgem novos bairros, acompanhando as vias de acesso à cidade, tanto no sentido leste-oeste como no sentido norte-sul, bem como ao longo da estrada de ferro instalada no início do século. Ocorre uma expansão urbana motivada por fatores locais e de acesso à cidade, expansão essa que não acontece regular, homogênea ou gradualmente. Pelo contrário, ocorre aos saltos, e ao longo das vias principais, de modo que a cidade vai ficando entremeada de vazios urbanos. Na sua maior parte, a criação de novos bairros decorre da especulação imobiliária em áreas mais distantes, desconectadas entre si e carentes de infra-estrutura urbana, provocando inclusive os inúmeros vazios urbanos entre as vias principais de acesso da cidade, em zonas menos valo-

rizadas ou propositadamente mantidas desocupadas. Neste sentido, a exploração do capital se apresenta na forma de especulação imobiliária, quando os grandes proprietários dos sítios e das chácaras ao redor da cidade, percebendo que naquele momento a exploração agropecuária já não era vantajosa, passam a lotear grandes áreas na periferia urbana.

No entanto, a oficialidade jurídica da maioria da grande quantidade dos bairros, vilas e loteamentos criados e comercializados não impede que os mesmos sejam implantados sem a infra-estrutura necessária: arruamento, serviço de transporte, redes de abastecimento de água e luz, etc. Ao mesmo tempo, o grande afluxo populacional faz com que seja gerado o crescimento irregular de amplas áreas periféricas desprovidas de infra-estrutura, entremeadas por vazios urbanos inabitados e abrigando, em geral, populações excluídas, gerando uma configuração urbana extensa na sua ocupação.

Essas áreas distantes do centro urbano tradicional, vão sendo ocupadas pelos migrantes que vão acorrendo à cidade por vários motivos. A maior parte deles migram devido à mudança do modelo agrícola da região que, a partir dos anos 50, passa a utilizar uma exploração agrícola intensiva, o que ocasiona um êxodo rural bastante grande, uma expulsão dos agricultores e dos trabalhadores assalariados do meio rural. Um outro motivo levantado refere-se à queda na exploração da madeira, que, muito forte no início do século nesta região norte do Rio Grande do Sul, sofre um processo de esgotamento, e os trabalhadores das serrarias, na maioria caboclos, também passam a buscar a cidade como forma de sobrevivência.

As transformações no modo de produção da região vão trazendo população para o meio urbano. Neste, o espaço, terra, lote de terreno, passa a associar ao seu valor de uso o valor de troca, transformando-se em mercadoria, valorizada pelo processo de urbanização que sofre a cidade de Passo Fundo. O capital – neste caso, representado pelos proprietários de terra próxima ao centro urbano – busca consolidar os fatores necessários às suas estratégias de expansão: assentar um contingente de população que poderá atuar como mão-de-obra para as emergentes indústrias e ao mesmo tempo criar um contingente de consumidores para as funções de comércio e serviços já existentes no meio urbano. Ou seja, as transformações físicas do espaço urbano da cidade e dos bairros, não ocorreram por si só, mas são produto, ou até mesmo produtoras, de transformações socioeconômicas no meio rural e urbano. (DAL MORO e outros, 1996)

No centro da cidade e nos bairros mais próximos, a necessidade de assentamento para a nova população urbana é atendida pela produção formal das edificações – edifícios residenciais, edifícios comerciais, residências – feita por grande número de empresas incorporadoras, construtoras, empreiteiras, com a participação de profissionais da engenharia e arquitetura, com aporte tecnológico considerável. Este mercado da indústria da construção civil garante o atendimento ao mercado imobiliário e a construção de edificações de diversos usos, assentadas em locais que possuem os serviços básicos de infra-estrutura – rede de abastecimento de água e energia, pavimentação e iluminação das vias públicas, serviços de transporte coletivo e

outros. Seus usuários são moradores mais antigos da cidade ou provindos de outros centros urbanos, atraídos pelos serviços de educação, saúde, comércio e oportunidades profissionais que a cidade hoje oferece, e representam a classe média e alta, contribuindo para o adensamento do núcleo urbano central, e dos bairros melhor localizados.

A população de menor renda, excluída de outros setores econômicos, e também atraída pelas opções da cidade, contribui para a efetivação da expansão urbana periférica, adquirindo os lotes oficializados que, embora sua proximidade física com a cidade – *subúrbio* – na verdade, não se constituem em lotes urbanizados no sentido completo, ou seja, de disporem de serviços urbanos característicos, tais como pavimentação, redes de energia e água, acesso aos equipamentos sociais urbanos (escola, hospital, etc.). A população vê-se obrigada, pois, a uma prática e a um cotidiano marcados pela dualidade da inserção e da exclusão na cidade, criando um cotidiano que é produzido e produto do modo de produção capitalista que, através do espaço urbano se torna explícito. Conforme diz CARLOS (1994), “...o modo de produção se afirma quando engendra um espaço e tempo sociais, constituindo-se em sistema pela programação da base. Assim, o modo de produção se realiza no cotidiano e, este, é produto daquele.”

A evolução do tecido urbano de bairros situados na periferia, que assumem a característica de “subúrbio”, cuja implantação em Passo Fundo ocorreu e está ocorrendo ao longo de quase quatro décadas, sem que hajam sido atendidas as condições urbanísticas e habitacionais de outros núcleos mais recentes, revelam a diversidade das condições urbanísticas e habitacionais. As estratégias dessa população periférica para sua inserção no tecido urbano percebem-se desde as pressões para a extensão dos serviços públicos de água, energia elétrica e transporte coletivo, até a ajuda mútua na construção das moradias, que além do abrigo físico, significam o domicílio urbano – condição mínima de cidadania.

A cidade, cenário e personagem desse processo social, apresenta-se como o contexto do estudo. Uma cidade de porte médio, como tantas outras do interior do Brasil, mas

onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. Estas, para se tornarem efetivas, supõem atenção a uma problemática mais ampla, pois o fato urbano, seu testemunho eloquente, é apenas um aspecto. Daí a necessidade de circunscrever o fenômeno, identificar sua especificidade, mensurar sua problemática, mas sobretudo buscar uma interpretação abrangente. (SANTOS, 1993)

Em decorrência das atividades de pesquisa realizadas até o ano de 1995, em especial a coleta de dados empíricos e de alguns dados documentais sobre a condi-

ção de bairros da periferia urbana de Passo Fundo – por exemplo, o Bairro São José e arredores – constatarem-se alternativas de apropriação da moradia, da infra-estrutura urbana e dos demais serviços básicos buscadas e efetivadas pela população periférica por meio de suas práticas sociais cotidianas. Ao estudarmos essa população que passa a constituir-se em *cidadãos* – no sentido de moradores da cidade, mas de uma cidade-periferia, verificamos que o seu *cotidiano* de vida na cidade está marcado por lutas e conquistas de qualidade de vida.

A cidade constitui-se um novo lugar de viver, com novos ritmos da vida cotidiana, sentida não apenas no novo modo de habitar, mas também em necessidades diversas em termos de trabalho, de educação, de relacionamento e outras.

Observa-se uma luta pela extensão dos serviços urbanos, porque o trabalhador urbano precisa deslocar-se para o trabalho, diferentemente do trabalhador do meio rural. Também há necessidade de deslocamento para busca dos serviços de saúde e outros oferecidos pelo meio urbano. Transporte coletivo, iluminação pública e pavimentação das vias, embora imprescindíveis para o deslocamento ao trabalho e à escola, somente são obtidos nos bairros periféricos a partir de reiteradas reivindicações dos seus moradores.

Em relação à educação, a escola surge como necessidade, não apenas para aquisição de novos e outros conhecimentos, mas como maneira de obter o diploma primário e o título de eleitor, requisitos mínimos para a busca de uma nova forma de trabalho: emprego em comércio, na brigada militar, em indústrias. Ocorre também uma grande mobilização pela instalação das escolas nos bairros, principalmente a escola noturna, que permita a frequência do trabalhador, o qual, a partir da sua instrução, poderia ascender profissionalmente. A busca da escola não ocorria pelo tipo de conhecimento que ela pode oferecer, mas pela possibilidade de obter a instrução oficialmente aceita no trabalho urbano assalariado.

Em relação à moradia, observa-se grande diversidade de modalidades de obtenção – autoconstrução, assentamentos habitacionais de caráter público, cooperativas habitacionais autogerenciadas, ampliação de moradias existentes e outros. Observa-se também que a forma de construção predominante é a autoconstrução por mutirão e ajuda mútua entre os moradores, vizinhos, parentes e associados, realizada nos horários de final de semana ou períodos de férias dos proprietários. Os recursos utilizados provêm das economias do trabalho assalariado, assim com da venda de terras no meio rural, mas principalmente do FGTS, obtido pela demissão solicitada pelos trabalhadores nas empresas ou pela venda das férias.

Outra estratégia de sobrevivência que se observa nas investigações, é a retomada das práticas de solidariedade do meio rural, de mutirão, de auto-ajuda. Essas práticas coletivas não se apresentam apenas na questão da moradia, mas na divisão dos alimentos produzidos na horta, na criação de animais, as quais possíveis pelo fato de os bairros periféricos serem uma espécie de transição entre o meio rural e o centro urbano da cidade. Isso permite uma condição de sobrevivência suplementar ao salário formalmente recebido pelos trabalhadores na cidade. Acresce-se ainda na renda familiar

os trabalhos informais: comércio domiciliar ou ambulante, facção de produtos manufaturados, serviços domésticos e outros não registrados formalmente, realizados tanto pelo chefe da família, quanto pelas donas-de-casa, por crianças e por jovens.

Esse espaço urbano periférico multifacetado é um espaço em que a cidadania vai sendo continuamente conquistada e construída, porque ele é gradualmente apropriado pelos moradores que aqui chegam e vão se integrando aos poucos. Os novos moradores não se integram ao centro urbano, nem aos bairros mais tradicionais e antigos, mas vão se integrando nessa periferia que lhe é permitida. Nessa busca de integração, o novo morador urbano também vai se tornando cidadão. O estudo deste espaço nos parece de máxima importância para o entendimento desta população que vai estar convivendo e freqüentando o mesmo espaço que outros moradores advindos de muitos outros espaços diferenciados e em muitos outros períodos. Nesse espaço urbano, além de conviver, a população vai trabalhar a negociação dos conflitos de apropriação de espaço e de busca de cidadania. A cidade por si só, não oferece ao novo morador o espaço de cidadão, mas este deve ser conquistado ao longo do tempo.

¹ A região de Passo Fundo aqui considerada corresponde à área territorial ocupada por este município quando de sua emancipação em 1857, hoje subdividida em mais de cem municípios.

CARLOS, A.F.A. *O espaço e o tempo sociais no cotidiano*. São Paulo: 1994, (mimeo), p.9.

DAL MORO, S. M. KALIL, R. M. L. et alii. Espaço urbano e escola na periferia: um processo de construção. In *Urbanização, exclusão e resistência*. Passo Fundo: UPF, 1996 (no prelo).

KALIL, R. M. L. *O processo de urbanização e as transformações econômicas do município de Passo Fundo*. Passo Fundo, FEA, 1992. (mimeo), p.34.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

TEDESCO, J. C.; KALIL, R.M.L.; DAL MORO, S. M. Uma primeira aproximação do processo de urbanização na região de Passo Fundo: "Moço, esta ida não vai ter volta!" In *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, UPF, a.1, n.2, p.7-41.

* Arquiteta, economista, professora na Universidade de Passo Fundo. Este texto, apresentado no painel "O Espaço-Cidadão: a dimensão do local, do regional, do nacional" no XVI Encontro Estadual de Professores de Geografia, realizado na Universidade de Passo Fundo, em maio de 1996, enfoca resultados parciais de pesquisas de caráter sociológico e urbanístico, sobre o processo de urbanização da região de Passo Fundo. Estas pesquisas, em desenvolvimento desde 1992, iniciaram-se a partir de necessidades de agentes sociais e de educadores de conhecer o seu espaço de atuação, ou de construção de cidadania. Conta ainda com a participação dos professores-pesquisadores João Carlos Tedesco e Selina Maria Dal Moro, bem como de acadêmicos bolsistas de iniciação científica da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo.